



# BOLETIM

# GEOCORRENTE

12 de novembro de 2020

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 6 • N° 128

## EXERCÍCIO NAVAL CONJUNTO “MALABAR” FORTALECE O GRUPO QUAD

ESTE E OUTROS 14 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO



O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

#### DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA

#### SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

#### CONSELHO EDITORIAL

##### EDITOR RESPONSÁVEL

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

##### EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

##### EDITORES ADJUNTOS

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)  
JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)  
NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)  
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-Rio)

##### DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

##### DIAGRAMAÇÃO

PEDRO DA SILVA DE ALBIT DE PENEDO (UFRJ)

### PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

#### ÁFRICA SUBSAARIANA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)  
BRUNO GONÇALVES (UFRJ)  
FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-Rio)  
ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)  
JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)  
VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

#### AMÉRICA DO SUL

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)  
GABRIELA DE ASSUMPTÃO NOGUEIRA (UFRJ)  
MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)  
PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

#### AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)  
JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)  
RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)  
VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-Rio)  
VICTOR EDUARDO KALIL GASPARG FILHO (EGN)

### NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

### CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GECORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

### ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)  
GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)  
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-Rio)  
RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

### EUROPA

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)  
NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)  
THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)  
VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTTA (UFRJ)

### LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILLO CUQUEJO (IBMEC)  
LUÍS FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)  
MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)  
PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)  
RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)  
VINICIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

### ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)  
ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)  
ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)  
ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)  
DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)  
PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

### RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)  
LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)  
PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)  
PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

### SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)  
MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)  
THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)  
VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

### SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)  
MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)  
REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

### TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)  
LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

# ÍNDICE

<b>AMÉRICA DO SUL</b>		<b>LESTE ASIÁTICO</b>	
Pesca ilegal na América do Sul: pontos de atenção e dilemas.....	5	China objetiva autossuficiência tecnológica em seu novo Plano Quinquenal .....	11
<b>AMÉRICA DO NORTE &amp; CENTRAL</b>		<b>SUL DA ÁSIA</b>	
A iniciativa de cooperação do CABSEC 20.....	6	Ilhas Senkaku e o distanciamento entre China e Japão .....	12
A deportação em massa como padrão para a América Central.....	6	<b>SUDESTE ASIÁTICO &amp; OCEANIA</b>	
<b>ÁFRICA SUBSAARIANA</b>		<b>ÁRTICO &amp; ANTÁRTICA</b>	
A perpetuação do poderio militar dos Estados Unidos na África Ocidental .....	7	Exercício naval conjunto “Malabar” fortalece o grupo QUAD .....	13
Costa do Marfim: rumo à guerra civil?.....	8	<b>TEMAS ESPECIAIS</b>	
<b>EUROPA</b>		O caso do hack do STJ: um alerta para as capacidades cibernéticas do Brasil..	
Polônia investe em alternativas para o gás natural russo .....	8	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
Portugal e a segurança marítima do Atlântico.....	9	Calendário Geocorrente.....	
<b>ORIENTE MÉDIO &amp; NORTE DA ÁFRICA</b>		Referências.....	
O novo projeto iraniano de dessalinização e a questão hídrica no Oriente Médio .....	10	Mapa de Riscos.....	
<b>RÚSSIA &amp; Ex-URSS</b>			
O A-235 e o diálogo Rússia-EUA sobre o controle de armas estratégicas .....	10		

## PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

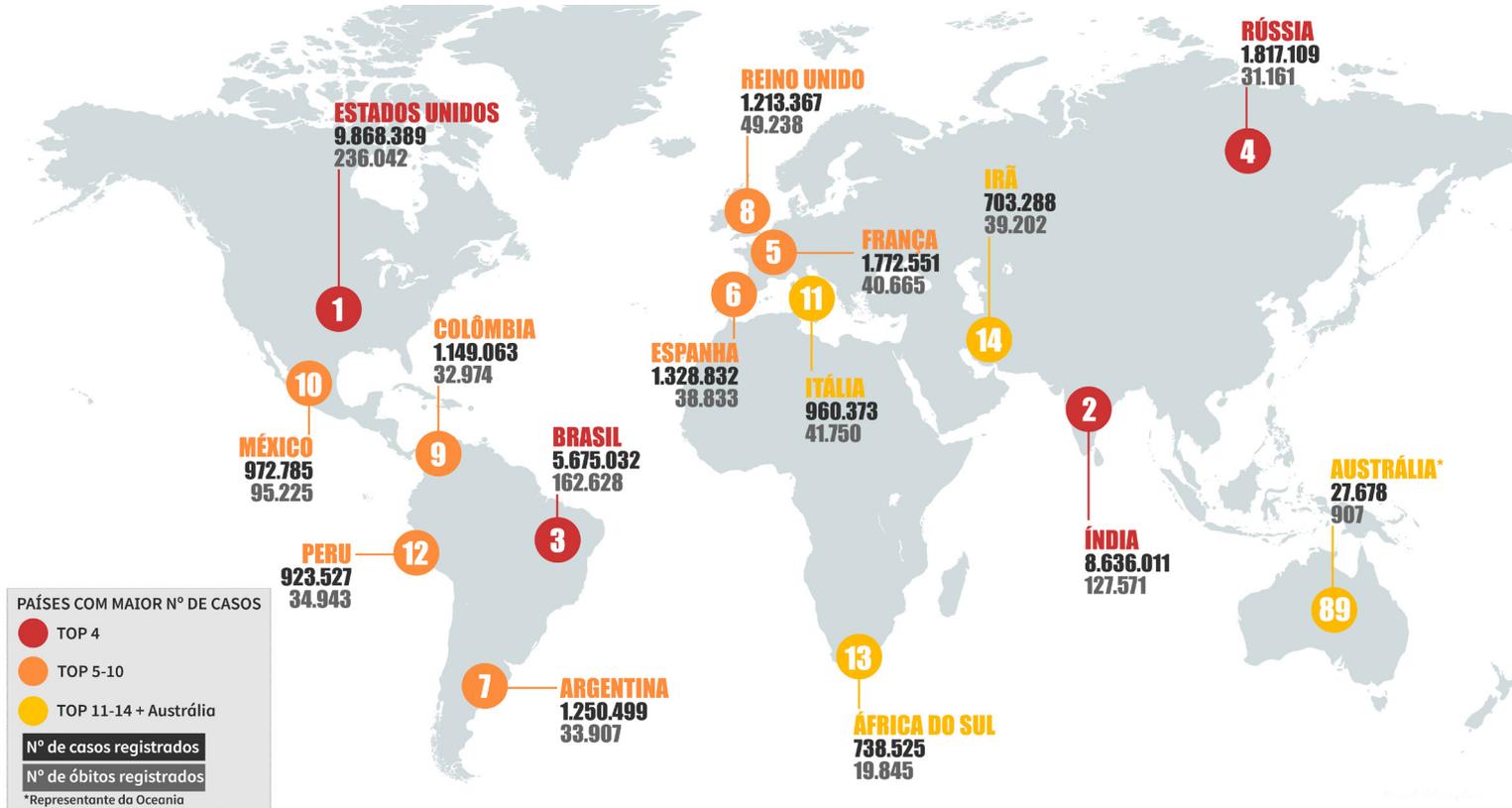


Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 18.

# ACOMPANHAMENTO COVID-19

## PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 10 de novembro de 2020.



## ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

### Vacinas COVID-19

Principais vacinas sendo produzidas

Nome	Organização	País de produção	Aprovada para uso prévio	Estágio
AZD1222	AstraZeneca; University of Oxford		-	Fase II e III
CoronaVac	Sinovac Biotech; Instituto Butantan; Bio Farma		Aprovada para uso limitado na China	Fase III
-	Wuhan Institute of B. P.; Sinopharm		Aprovada para uso limitado nos EAU	Fase III
BBIBP-CorV	Beijing Institute; Sinopharm		Aprovada para uso limitado nos EAU	Fase III
mRNA-1273	Moderna		-	Fase III
Sputnik V	Gamaleya Research Institute		Aprovada para uso limitado na Rússia	Fase III
Ad5-nCov	CanSino Biologics		Aprovada para uso limitado na China	Fase III
Ad26.COVS.2.S	Beth Israel; Johnson & Johnson		-	Fase III
NVX-CoV2373	Novavax		-	Fase III
BNT162b2	BioNTech; Pfizer; Fosun Pharma		-	Fase II e III
Covaxin	Indian Council of M. R.; National Inst. V.; Bharat B.		-	Fase III

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times

## Pesca ilegal na América do Sul: pontos de atenção e dilemas

Carlos Silva Júnior

Em agosto de 2020, uma frota pesqueira de 300 barcos de diversas bandeiras, sendo a maioria chinesa, pescava próximo a uma área de proteção ambiental e patrimônio mundial, as Ilhas Galápagos/Equador. Esse caso atraiu o apoio da Guarda Costeira dos EUA à Marinha equatoriana para acompanhamento da situação. Em outubro, essa mesma frota pesqueira preocupou as Marinhas peruana e chilena, também pela proximidade com suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs). Nesse sentido, os casos de pesca ilegal, não regulamentada e não reportada (INRNR) nas águas sul-americanas vêm representando um desafio para a manutenção da soberania dos países costeiros sobre suas ZEEs e seus recursos.

A atividade pesqueira possui um elevado potencial de desenvolvimento econômico na América do Sul bioceânica. Na costa Pacífica, as águas de baixa temperatura da corrente antártica de Humboldt favorecem a reprodução de fitoplânctons e zooplânctons, base da cadeia alimentar da vida marinha. Na costa do sul do Brasil até a Argentina, as águas possuem uma fertilização natural provocada pela corrente das Malvinas que, embora apresentem produtividade inferior quando comparada à outra costa, possuem grande proliferação de crustáceos de alto valor comercial e espécies pelágicas.

Na costa Atlântica, a Argentina tem reportado e

combatido essa prática ilegal próxima às suas águas territoriais, com maior presença de barcos chineses. Em outubro, houve uma operação conjunta da Marinha do Brasil (NPa *Bocaina*) e da França (*patrouilleur La Résolue*) de combate a crimes transfronteiriços nas proximidades da foz do rio Oiapoque (Amapá) e das águas territoriais da Guiana Francesa, departamento ultramarino francês. Nesta ação, foram apreendidas 7 toneladas de peixes obtidos através de pesca INRNR, sendo 500 kg do pescado detidos de um pescador brasileiro.

A urgência do uso sustentável dos oceanos na agenda internacional insere a América do Sul em dois dilemas: (i) com a China, um dos principais investidores regionais, como participante dessa atividade ilegal e de amplo impacto; e, (ii) entre os países da região, diante do uso do porto de Montevideú, no Uruguai, e Chimbote e Callao, no Peru, como bases logísticas por parte desses pesqueiros. Ademais, diante da cooperação entre entidades civis e comerciais; somada a recente declaração conjunta do Chile, Colômbia, Equador e Peru, no combate à pesca INRNR, é forçosa a elaboração de uma política marítima regional. Tal postura mitigaria eventuais ameaças de caráter econômico, ambiental e humanitário, ampliando o escopo da integração regional sul-americana para além do território continental.



## A iniciativa de cooperação do CABSEC 20

Rafael Esteves

Em 04 de novembro de 2020, ocorreu de forma online o *Caribbean Security Dialogue* (CABSEC 20). O evento contou com a participação da Jamaica, Bahamas, Barbados, Trinidad e Tobago, Ilhas Cayman, Reino Unido e Colômbia, e a parceria do Comando Sul dos Estados Unidos (SOUTHCOM). A conferência tinha como objetivo a ampliação do diálogo sobre segurança, principalmente marítima, entre os países do Mar do Caribe.

Destaca-se a noção de ameaça dos participantes, que foi percebida ao longo do debate como questões e problemas regionais, como o tráfico internacional de entorpecentes, a pesca ilegal e os movimentos migratórios. Isso é importante para entender as propostas e objetivos apresentados, que se mantiveram consonantes, apesar das particularidades da força de cada país, como a modernização das patrulhas costeiras através da aquisição de novos equipamentos, utilização de drones e o desenvolvimento de sistemas de radar integrados às Forças de defesa.

Outro ponto central da cúpula foi o impacto da COVID-19 nas questões de segurança da região. A situação pandêmica afetou todos os países no âmbito

político, econômico e social, não tendo sido diferente nos países caribenhos, que foram obrigados a adaptar regras de engajamento e projetos de modernização das Forças de defesa.

Entre os grandes promotores das conferências na área de segurança no Mar do Caribe, estão os EUA, protagonistas em diversas outras cúpulas, como o *Caribbean-United States Security Cooperation Dialogue*. Vale notar que outro grande arquiteto da cooperação regional em segurança é o Reino Unido, que participa do CABSEC 20, além de contar com o seu território ultramarino das Ilhas Cayman como membro. A inclusão desses dois grandes atores internacionais em assuntos caribenhos mostra uma tentativa dos mesmos para ganhar mais espaço na região, já reconhecidamente estratégica ([Boletim 127](#)).

O CABSEC 20 se insere em um contexto mundial profundamente afetado pela COVID-19, o que acarreta dificuldades para o combate a certas questões regionais. Apesar disso, é uma importante tentativa dos países caribenhos para promover uma maior cooperação em assuntos de segurança, frente as ameaças do sistema internacional.

## A deportação em massa como padrão para a América Central

Victor Cabral

Em 1º de outubro de 2020, iniciou em Honduras uma das maiores caravanas de migrantes deste ano, composta de mais de 3.000 hondurenhos buscando cruzar a Guatemala e o México, até os EUA. O fenômeno não é novo e tem como motivação a pobreza, a latente desigualdade social, a violência imposta pelo narcotráfico e a criminalidade no Triângulo Norte da América Central. Tais fatores são agravados pela pandemia e a queda projetada de 8,4% do PIB *per capita* para 2020 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Os migrantes foram barrados, presos e deportados em massa pelo governo guatemalteco. O presidente Alejandro Giammattei impôs um “estado de prevenção”, rompendo o acordo de livre circulação de pessoas com El Salvador, Honduras e Nicarágua, ao fechar as fronteiras e deportar a todos que estivessem indocumentados e sem testes negativos para a COVID-19. Os três países somam oficialmente 256 mil casos e 7 mil mortes pela pandemia.

Desde 2019, a Guatemala firmou acordo com os EUA para receber solicitantes de asilo centro-americanos e evitar o fluxo migratório para o norte. Todavia, a Guatemala é conhecida pelo expressivo número de migrantes que tentam chegar aos EUA, tendo mais de 16

mil nacionais deportados pelo México em 2020.

Apesar do “sucesso” da operação alinhada à política migratória do governo Trump, um relatório do Senado dos EUA apontou que, em janeiro de 2020, funcionários do Escritório de Aduanas e Proteção Fronteiriça dos EUA (CBP, sigla em inglês) realizaram uma operação ilegal de deportação de hondurenhos na fronteira guatemalteca. Os agentes estadunidenses teriam utilizado recursos financeiros do Departamento de Estado para cumprir ordens do Departamento de Segurança Interna, ao deportar migrantes extrajudicialmente, ainda que a legislação estadunidense proíba operações de agentes fronteiriços em território estrangeiro.

A ação mostra que a política de controle migratório de Trump estava acima dos acordos diplomáticos firmados com países da América Central, em 2019. Com a confirmação da vitória de Joe Biden nas eleições dos EUA, espera-se uma nova política de incentivo econômico regional para melhorar a realidade social e evitar novas caravanas, que podem vir a ser impulsionadas pelo discurso mais receptivo aos migrantes do governo democrata.

## A perpetuação do poderio militar dos Estados Unidos na África Ocidental

Isadora Jacques

Em 31 de outubro de 2020, tropas do *SEAL Team 6* — grupo de operações especiais da Marinha estadunidense — resgataram, no norte da Nigéria, o cidadão estadunidense Philip Walton, sequestrado dias antes em sua residência no vizinho Níger. Apesar dos criminosos, a princípio, não serem considerados terroristas, oficiais nigerianos e estadunidenses presumiram que o refém poderia ser levado a uma facção do Estado Islâmico ou da Al-Qaeda. A operação contou com informações repassadas por agentes da CIA na região e, provavelmente, com apoio logístico da Base Aérea 101, inaugurada em novembro de 2019, formalmente pertencente à Força Aérea do Níger, mas operada na prática pelos EUA.

Apesar do processo eleitoral estadunidense, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, dedicou uma postagem em sua conta no Twitter para reconhecer e celebrar os esforços dos *SEAL* na Nigéria, enquanto o secretário de Estado, Mike Pompeo, reforçou, por um comunicado, a responsabilidade de assegurar a vida de qualquer cidadão estadunidense capturado, seja onde for no mundo.

Através do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), cuja sede ainda está na Alemanha,

os EUA coordenam as operações e interesses militares no continente africano há 13 anos, em 38 diferentes pontos espalhados por 53 Estados africanos (apenas o Egito não faz parte da área de responsabilidade do AFRICOM). Contudo, apenas o comando militar não é suficiente para atender as necessidades dos cidadãos dos distintos países nos quais as Forças dos EUA se estabelecem. A reação incisiva do comando de elite da Marinha estadunidense ao sequestro no fim de outubro corrobora a compreensão de que seus empreendimentos, mesmo fora do território estadunidense, têm como finalidade exclusiva resguardar seu poderio e influência. Todo o cenário de desigualdade e subdesenvolvimento no continente africano permeiam muito além das questões de segurança e se manifestam nos tópicos econômicos, no âmbito energético e em suas relações políticas.

Com o aumento do protagonismo chinês na África, especialmente no campo econômico, onde já é o maior parceiro comercial africano há anos, cabe a reflexão se a política dos EUA para a região pode se contentar apenas com suas Forças Armadas. O Níger, país onde ocorreu o sequestro, embora tenha uma das maiores reservas de urânio do mundo, é o pior IDH dentre os 189 países do *ranking*.



## Costa do Marfim: rumo à guerra civil?

Franco Alencastro

No dia 03 de novembro de 2020, o resultado das eleições presidenciais da Costa do Marfim parece ter mergulhado o país na instabilidade, desde sua divulgação. O pleito deu a vitória ao então presidente Alassane Ouattara, que disputava o seu terceiro mandato à frente do poder executivo marfinense, em meio à enorme contestação da validade desta decisão. Os candidatos opositoristas, Pascal Affi N’Guessan e o ex-presidente Henri Konan Bedié, advertiam desde antes da eleição que seus partidos boicotariam a mesma. Como resultado, o presidente Ouattara se reelegeu com 94% dos votos, mas a validade desse número está sendo rejeitada pela oposição.

A candidatura de Ouattara é fonte de controvérsias desde que foi anunciada. Embora a constituição do país permita apenas dois mandatos para o presidente, Ouattara argumenta que, por ter sido aprovada em 2016, a norma não se aplica a seu primeiro mandato, transcorrido entre 2011 e 2015. Após a divulgação dos resultados, Bedié e N’Guessan comunicaram o não-reconhecimento da autoridade de Ouattara e a intenção de formar um governo de transição. Em resposta, Forças de segurança foram

enviadas para a residência das duas lideranças opositoras, que foram postas em prisão domiciliar.

Ressalta-se que sempre houve a possibilidade concreta de instauração de uma crise constitucional, caso a oposição não aceitasse o resultado das eleições na Costa do Marfim ([Boletim 126](#)). Ademais, atualmente a crise caminha para uma escalada severa. O envolvimento externo também começa a pressionar os participantes da crise política a encontrarem uma saída pacífica, com a Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (ECOWAS, sigla em inglês) e a Organização das Nações Unidas (ONU), fazendo um pronunciamento em conjunto. Porém, os membros da ECOWAS também se encontram numa situação delicada na conjuntura interna, com protestos na Nigéria e a crise secessionista da Togolândia, em Gana. É provável, assim, que a crise caminhe para uma resolução semelhante à ocorrida em 2010-2011: com o envolvimento da França, um país extrarregional. Destaca-se que o referido Estado europeu é ex-metrópole da Costa do Marfim, possui interesses estratégicos na região e mantém cerca de 900 militares no país.

## EUROPA

### Polônia investe em alternativas para o gás natural russo

Victor Magalhães Longo

No último dia 12 de outubro, a companhia PGNiG, maior produtora de petróleo e gás natural polonesa, assinou um acordo de investimento com a *Energy Resources of Ukraine* para um projeto conjunto de exploração em um campo de gás natural na região de Lviv, na Ucrânia. Essa foi a segunda parte de negociações iniciadas no final de 2019 e mostra um esforço bilateral para se tornarem um pouco menos dependentes do gás russo. Isso porque, ainda que a PGNiG indique que o potencial produtivo do campo é alto, dados preliminares apontam que suas reservas estão longe de garantir a independência energética desses países.

Em 2009, sob pressão russa e no contexto de uma crise energética na Europa, um contrato de 1993 entre Rússia e Polônia relativo ao suprimento de gás foi revisto. Na falta de alternativas viáveis, o governo polonês concordou com os novos termos, que obrigavam a Polônia a comprar uma cota mínima de gás a preços que se mostrariam desfavoráveis, e sendo impedida de revendê-lo. Porém, com a expiração do contrato em 2022 e sem intenção de renová-lo, a Polônia tem buscado sua segurança energética a partir da diversificação.

Os poloneses levaram esse objetivo bastante a sério. Os projetos em curso que mais se destacam são a ampliação do terminal de gás natural liquefeito (GNL) em Świnoujście, que permitirá maior importação de fontes como o Catar e os Estados Unidos, e a construção de um gasoduto no mar Báltico que ligará Noruega, Dinamarca e Polônia, sem intermédio da Alemanha. Para além desses dois projetos, a cooperação entre Polônia e Ucrânia pode fazer com que dois dos países mais comprometidos em reduzir suas dependências de recursos energéticos da Rússia cheguem a um passo mais próximo desta meta.

Vale reforçar que tal dependência representa também um desafio latente à segurança energética de vários outros países europeus, intensificada pela invasão da Crimeia pela Rússia em 2014, que criou uma grande contenda entre União Europeia e Moscou. Plenamente conscientes dessa situação, os russos utilizaram tal poder de barganha para evitar sanções econômicas mais severas. Por essa vulnerabilidade, alguns países europeus também têm avançado com projetos que diversificam sua pauta importadora e diminuem sua dependência da Rússia.

## Portugal e a segurança marítima do Atlântico

Luiza Guitarrari

No dia 16 de outubro, ocorreu o 2º Seminário do Centro do Atlântico no Instituto da Defesa Nacional, em Portugal. O país tem um papel relevante para a OTAN no Atlântico e vem buscando expandir sua influência marítima nos últimos anos através do estabelecimento de parcerias multilaterais no espaço euro-atlântico. Sendo assim, o evento buscou debater as “respostas multidimensionais para emergências complexas no Atlântico”, contando com especialistas de 20 países, inclusive do Brasil, e organizações internacionais dedicadas à temática de cooperação e segurança marítima.

Criado em abril de 2018, sob a égide do Ministério da Defesa (Boletim 79), o Centro do Atlântico propõe-se a ser uma organização multinacional de excelência, provendo a postura estratégica necessária para os desafios e ameaças à segurança marítima no Atlântico. Desse modo, atuará a partir da tríade: reflexão estratégica e operacional, para a produção de doutrinas conjuntas, plataforma de cooperação em defesa entre os países atlânticos e construção da capacitação em Defesa. Estima-se que sua instalação estará prontificada até 2022 na Base Aérea nº4 da Ilha Terceira, no arquipélago de Açores. Enquanto isso, sua operação logística ocorrerá em Lisboa, dentro do Ministério da Defesa.

Embasado pelo Plano de Recuperação Econômica 2020-2030, Lisboa vem atuando como um importante ator na promoção da segurança marítima a partir de vínculos de cooperação com a União Europeia, OTAN

e CPLP. Almejando uma “comunidade atlântica mais segura”, João Cravinho, ministro da Defesa de Portugal, ressaltou aos países interessados que um Memorando de Entendimento acerca do Centro foi redigido pelo governo português, distribuído e encontra-se em avaliação pelos países, tencionando ser firmado no primeiro semestre de 2021. No mesmo período, ficará sob vigência portuguesa a presidência da União Europeia, em que o governo luso priorizará a dimensão marítima como agenda de Defesa e Segurança dentro do bloco europeu.

Nesse sentido, representando cerca de 55% da ZEE portuguesa, Açores é considerado vital no apoio às Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) do Atlântico e no determinismo geográfico de Portugal. Composta por nove ilhas que distam aproximadamente 1.500 km de Lisboa, o arquipélago, além de Portugal Continental e Madeira, é um dos vértices do triângulo estratégico português, na “encruzilhada atlântica” entre Europa e Estados Unidos.

Destarte, a instalação do Centro Atlântico, somada à Agenda externa portuguesa para a próxima década, conferem a Lisboa imperativos para afirmar sua credibilidade estratégica como importante ator na coordenação entre Norte e Sul Atlântico. Assim, o mar torna-se um dos vetores principais para reposicionar-se dentro do Sistema Internacional, junto a países americanos e africanos



O novo projeto iraniano de dessalinização e a questão hídrica no Oriente Médio

Ana Luiza Colares

No último 05 de novembro, foi inaugurado virtualmente o primeiro projeto iraniano com o objetivo de dessalinizar as águas do Golfo Pérsico em larga escala, visando ao abastecimento de regiões áridas no país. O Oriente Médio é uma região afetada pela insegurança hídrica, tornando essa problemática preocupante aos governos locais, que buscam evitar uma crise hídrica em seus territórios, além de, em alguns casos, disputarem entre si o domínio das águas regionais.

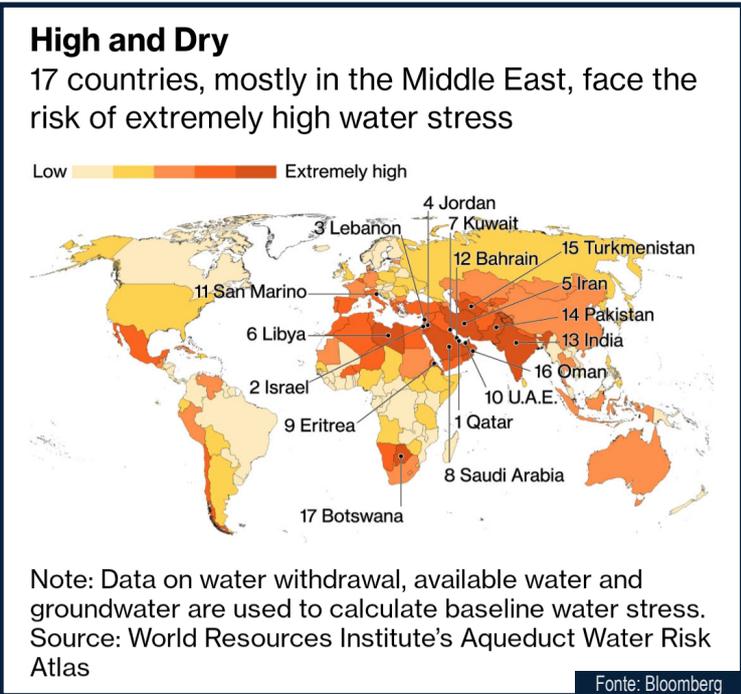
De acordo com o Instituto Mundial de Recursos (WRI, sigla em inglês), 17 países sofrerão níveis extremos de estresse hídrico nos próximos anos, o que ocorre devido a tais territórios possuírem menos recursos do que se espera utilizar. Dos países citados, 11 localizam-se no Oriente Médio e Norte da África, com destaque para: Catar, Israel, Líbano, Palestina, Irã, Jordânia e Arábia Saudita. Ademais, o estudo destaca a atuação de Omã, que trata 100% de suas águas residuais coletadas e reutiliza 78% delas.

O crescimento populacional é crucial para a compreensão do contexto abordado: em 2030, espera-se que a demanda global por água aumente em até 40%. Enquanto isso, a ONU estima que a população nos países árabes identificados no relatório do WRI aumentou, em média, 2,2% entre 2015 e 2020, quase o dobro da taxa global no mesmo período.

Assim, o Ministério da Energia iraniano tem conduzido estudos em 17 províncias na região central iraniana e nas áreas costeiras para a implementação de plantas de dessalinização. De acordo com o ministro da Energia, Reza Ardakanian, o Irã possui uma licença de 8,2 bilhões m<sup>3</sup> de água salgada disponíveis para o procedimento. Deste volume, 760 milhões m<sup>3</sup> foram utilizados no país

até então, e 450 milhões de m<sup>3</sup> serão dessalinizados neste novo projeto. Salienta-se que a proporção para o processo é de 3:1, isto é, serão gerados 150 milhões m<sup>3</sup> de água doce, direcionadas para as províncias centrais de Hormozgan, Kerman e Yazd.

Além dos fatores geográficos e climáticos, a má governança das águas, a incapacidade técnica e falta de capital para gerir tais projetos pode gerar danos irreversíveis para as populações locais a médio prazo. A cooperação tecnológica poderia fomentar o desenvolvimento de estudos voltados para a resolução do estresse hídrico regional. Em contrapartida, a disputa pelas águas poderá ser um catalisador para a instabilidade geopolítica regional.



RÚSSIA & Ex-URSS

O A-235 e o diálogo Rússia-EUA sobre o controle de armas estratégicas

Pérsio Glória de Paula

No dia 28 de outubro, autoridades russas divulgaram o sucesso dos testes de um novo míssil antibalístico (ABM, sigla em inglês) na base de Sary-Shagan, no Cazaquistão. Esse é o terceiro teste em três anos com esse tipo de armamento no mesmo local. Ainda sem nome oficial divulgado, especula-se que o armamento

fará parte do novo sistema antimísseis balísticos e antissatélites russo em desenvolvimento, o A-235. Esse sistema complementarará o sistema ABM A-135, responsável pelas defesas da região de Moscou e seus arredores desde a década de 1990.

Além das possíveis capacidades antissatélites, a superioridade do *A-235* sobre o *A-135* se dá também pela utilização de plataformas de lançamento móveis. Assim, além de servir de contrapeso à *Space Force* estadunidense, pode-se entender como uma resposta russa aos projetos dos EUA de construção de escudos antimísseis balísticos na Europa, fonte de litígios entre os países durante os anos 2000 e 2010.

Apesar de um novo míssil antibalístico russo abalar ainda mais a estrutura de controle de armas nucleares, Moscou tem interesse em evitar uma nova corrida armamentista e refazer os tratados abandonados pelos EUA, como o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, sigla em inglês) e o próprio Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABMT, sigla em inglês). O próprio desenvolvimento do *A-235* tem relação com a saída dos EUA do ABMT, em 2002. Inclusive, a Rússia

também já propôs estender por um ano o Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (*New START*, sigla em inglês).

O prazo de expiração do *New START* será em fevereiro de 2021 e as autoridades russas temem que não haverá tempo suficiente para realizar as negociações de sua renovação. No entanto, o presidente-eleito dos EUA, Joe Biden (um dos responsáveis pela criação do *New START*, em 2010), já acenou positivamente para a possível renovação do tratado. Apesar disso, Biden também afirmou que terá uma postura diplomática e geopolítica mais dura com a Rússia. O *A-235* pode melhorar ainda mais o poder de barganha de Moscou, já que o arsenal estratégico russo conta também com armamentos ainda sem análogos no mundo, como os mísseis hipersônicos *Tsirkon*, *Kinzhal* e *Avangard* ([Boletim 108](#)) e o drone nuclear submarino *Poseidon* ([Boletim 117](#)).

## LESTE ASIÁTICO

### China objetiva autossuficiência tecnológica em seu novo Plano Quinquenal

Rodrigo Abreu

No dia 29 de outubro de 2020, o Partido Comunista Chinês emitiu um comunicado com os primeiros pontos do seu novo plano quinquenal, que vigorará entre 2021 e 2025. O 14º plano quinquenal apresenta um foco notável em questões de desenvolvimento tecnológico e fomentação do mercado interno. A China aderiu ao sistema de planos quinquenais em 1953, logo após o regime de Mao Zedong (1949-1976) apresentar os primeiros sinais de recuperação econômica após o fim da guerra civil, vencida pelo Partido Comunista Chinês, e mantém o modelo até então.

O cerne do novo plano está em garantir que a China seja completamente autossuficiente em tecnologia. Os últimos desdobramentos da Guerra Tecnológica entre China e Estados Unidos evidenciaram a dependência de Pequim em relação a equipamentos e tecnologia de Washington. O maior exemplo disso tem sido a Huawei, que depende de tecnologia dos Estados Unidos para a produção de chips de alta tecnologia, e enfrenta dificuldades cada vez maiores para continuar operando plenamente ([Boletim 123](#)).

O documento apontou que, nos próximos anos, a China espera flexibilizar mais suas metas de crescimento econômico, buscando um crescimento mais qualitativo,

isto é, concentrando esforços no desenvolvimento do seu mercado interno e investindo em uma economia sustentável. A questão da sustentabilidade já havia sido posta em destaque no discurso do presidente Xi Jinping na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2020, quando mencionou a meta chinesa de tornar-se carbono neutro até 2060.

No âmbito da Defesa, o comunicado destacou a aceleração da modernização do Exército de Libertação Popular. Além disso, sobre a questão de Taiwan, em contraste com o plano quinquenal de 2016, que previa planos de cooperação econômica com a ilha, o documento atual apenas destaca a necessidade de reunificação do país.

A versão final do plano quinquenal deve ser divulgada apenas nos próximos meses, entretanto, já é possível notar que a China pretende manter suas ambições econômicas e geopolíticas. Em um cenário em que as principais potências do mundo ainda permanecem concentradas no controle da pandemia de COVID-19 em seus territórios, a China busca recuperar sua economia, tornar-se autossuficiente tecnologicamente e continuar as reformas em suas Forças Armadas.

## Ilhas Senkaku e o distanciamento entre China e Japão

João Pedro Grilo

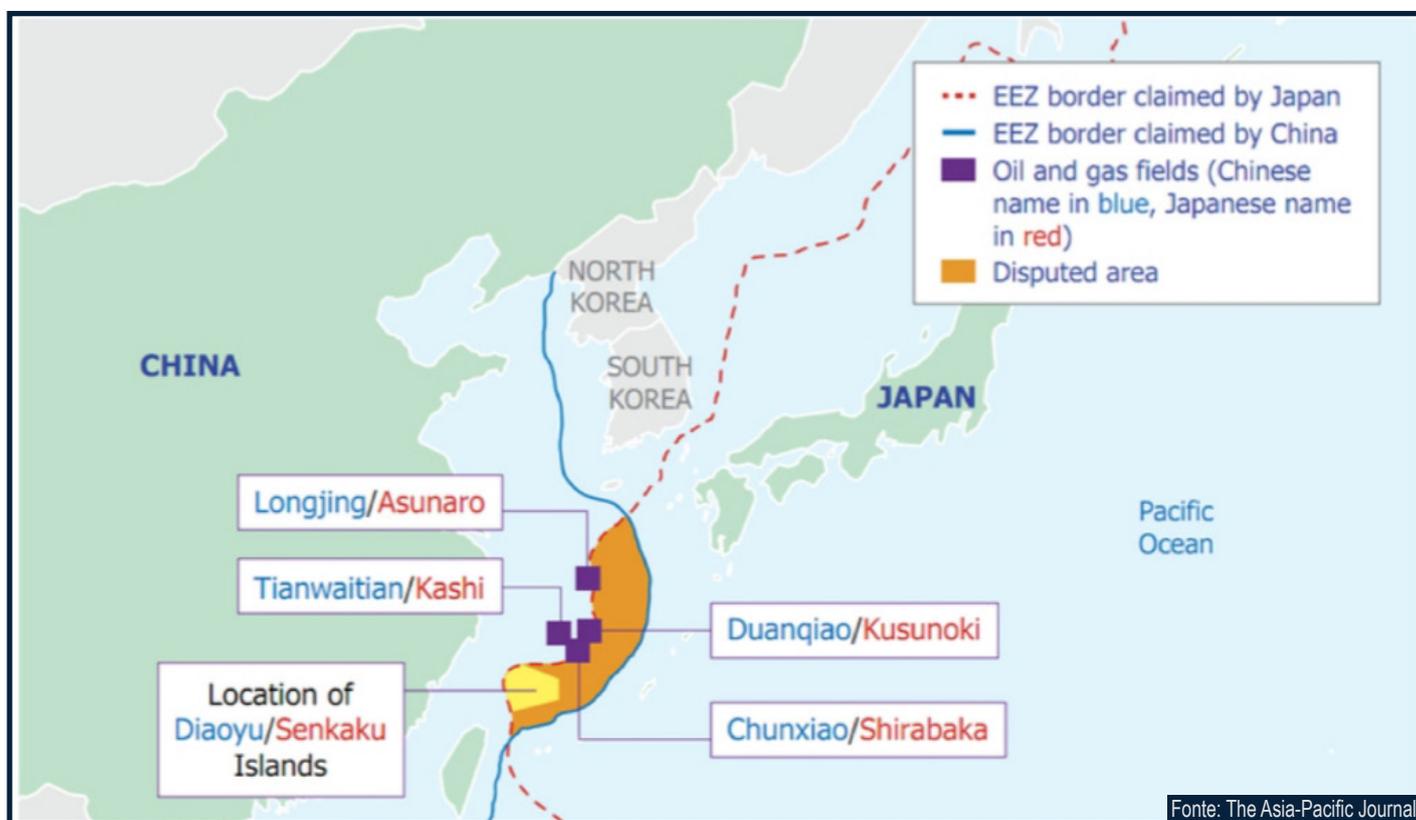
O dia 13 de outubro de 2020 pôs fim ao maior período no qual embarcações da guarda costeira chinesa permaneceram dentro de águas territoriais japonesas, especificamente no entorno das Ilhas Senkaku, contabilizando 57 horas e 39 minutos ininterruptos. Durante sua estadia, ambas as embarcações sínicas tentaram abordar um navio de pesca japonês, que necessitou ser escoltado pela Guarda Costeira japonesa, e se recusaram a sair do território nipônico até a noite da data referida acima. Apesar do protesto diplomático japonês, a data 02 de novembro coroou o 283º dia de aparições da Guarda Costeira chinesa em águas nipônicas no ano, estabelecendo um recorde no número de avistamentos.

Ambas as ocorrências se configuram como grandes pontos de tensão em meio a um mês atípico na relação bilateral entre China e Japão, marcada por desavenças e desencontros diplomáticos. A primeira inquietude ocorreu no dia 03 de outubro, após o lançamento de um site promovido pela Administração Estatal Oceânica do Governo Chinês, que contém um museu 3D responsável por compilar arquivos e mapas que supostamente comprovam e defendem a soberania chinesa sobre as Ilhas Senkaku, referenciadas como Diaoyu na página.

Subsequentemente, no dia 12 de outubro, houve o súbito adiamento de uma visita do ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, ao Japão, prevista para ocorrer na primeira metade de outubro, para conversas com o primeiro-ministro Yoshihide Suga.

Quando observamos o cenário descrito acima, torna-se claro o crescente comprometimento chinês em reivindicar a soberania das Ilhas Senkaku através do aumento da sua presença física na região, viabilizada por sua robusta Guarda Costeira, e pela diversificação das estratégias usadas para essa finalidade, como evidenciado pela criação do site supracitado. Em contrapartida, o Japão continua a promover a iniciativa do *Free and Open Pacific*, que recentemente foi defendida pela Mongólia após a visita do ministro Toshimitsu Motegi ao país e pela assinatura de acordos preliminares de compra e transferência tecnológica militar com o Vietnã e a Indonésia, cujo intuito é contrabalancear a expansão sínica.

Apesar do seu caráter dissuasório, esse movimento necessita ser feito de maneira cautelosa para não acentuar a deterioração das relações com a China, que possivelmente se traduziriam no agravamento da disputa sobre as Ilhas.



## Exercício naval conjunto “Malabar” fortalece o grupo QUAD

João Miguel Villas-Bôas

O exercício naval “Malabar” deste ano conta, pela primeira vez, com a participação da Marinha australiana e demonstra uma importante coordenação geopolítica do grupo QUAD – “Diálogo de Segurança Quadrilateral”, em português, formado por Índia, Estados Unidos, Japão e Austrália. Em outubro, ocorreu a reunião dos quatro países e contou com uma clara mensagem à China: a liberdade de navegação é primordial para a estratégia marítima no Índico. Na verdade, poder-se-ia traduzir, nas entrelinhas, que tal região é uma zona de influência principalmente da Índia, Austrália e Estados Unidos.

Há uma expectativa de que o QUAD se transforme em uma aliança estratégica formal, sobretudo após declaração do secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, advogando pela criação de uma estrutura de segurança entre os quatro países. Desse modo, o exercício naval “Malabar 2020” é visto como um movimento nessa direção e um importante vetor geopolítico no equilíbrio de poder asiático, com claras repercussões globais.

O exercício dar-se-á em duas etapas, a primeira — já em andamento —, realizada entre os dias 03 e 06 de novembro, ocorreu na Baía de Bengala; já a segunda, agendada entre 17 e 20 do mesmo mês, será realizada

no Mar da Arábia. Do ponto de vista tático, embora sem contato físico, devido à pandemia, o “Malabar 2020” contará com a participação de fragatas, navios-patrolha, submarinos e aeronaves, realizando operações antissubmarino, operações de esclarecimento, ações de superfície e de defesa aeronaval, dentre outras.

Com efeito, do ponto de vista político, esta demonstração de força tem como um de seus objetivos mostrar a Pequim que o grupo tem uma visão estratégica coordenada. Recordar-se que, recentemente, o ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, condenou a política externa estadunidense para a região do Índico-Pacífico e sua liderança do grupo QUAD, advertindo que tal política compromete a segurança regional.

Até o momento, o exercício naval “Malabar” tem o potencial de servir de elemento coordenador e fortalecedor de uma estratégia conjunta para a região. É importante ressaltar que, a despeito das intenções de formalização do grupo QUAD e da possível criação de uma estrutura de segurança quadrilateral ter sido reforçada no governo atual, não se vislumbra um recuo num governo Joe Biden, que deverá manter a postura de pressão sobre a China.



## Comissionamento de submarino em Mianmar: disputas por influência no Indo-Pacífico

Thayná Fernandes

Em outubro último, a Marinha mianmarese, em meio a um exercício naval nacional, apresentou sua mais recente aquisição: o submarino *UMS Min Ye Thein Kha Thu*. Vendido pela Índia, o submarino a diesel da classe *Kilo* possui três mil toneladas e é de origem russa. Embora tenha mais de três décadas, a embarcação foi totalmente reformada e modernizada pela Marinha indiana antes de sua venda e possui uma estimativa de mais 15 anos de vida útil. Tal negociação possui significado estratégico ambíguo: aos mianmarenses, é uma demonstração de força aos bengalis; aos indianos, é um avanço no estabelecimento de parcerias em contraposição aos chineses.

Até a década de 1980, a Marinha de Mianmar era bastante limitada em termos de recursos e capacidade, tendo suas atividades restritas ao patrulhamento das águas interiores e regiões costeiras. No entanto, na década seguinte, o mar passou a ter extrema importância à segurança nacional; assim, a China se tornou um de seus principais parceiros em Defesa, fornecendo armas, treinamento e equipamentos. Com o crescente protagonismo chinês na Ásia e no mundo, Índia e Japão também vêm se aproximando de Mianmar, visando

contrapor especialmente a iniciativa *One Belt, One Road*; fato destacado no [Boletim Geocorrente 100](#).

No início dos anos 2000, houve disputas entre Bangladesh e Mianmar por regiões da Baía de Bengala com depósitos de óleo e gás; em 2008, os imbróglis se acirraram e ambos os Estados enviaram navios de guerra à região disputada. Apesar de uma resolução pacífica ter sido acordada, a partir de 2013, os birmaneses estabeleceram como objetivo adquirir dois submarinos até 2019. Para tanto, seus oficiais foram constantemente enviados para treinamentos em escolas de altos estudos militares na Malásia, Paquistão, Índia, China e Rússia. Além disso, também a partir deste mesmo período, o país vem realizando anualmente exercícios navais conjuntos com Nova Déli e a perspectiva é que haja ainda maior proximidade.

Embora a aquisição do submarino seja um importante passo e os esforços mianmarenses em desenvolver sua Marinha sejam notórios, o país tem um longo caminho a percorrer. De toda forma, Mianmar também vem se mostrando como um importante aliado estratégico nas disputas por influência no Indo-Pacífico, o que lhe possibilita obter maiores vantagens político-econômicas.

## ÁRTICO & ANTÁRTICA

### Disputas pela gestão marinha no Oceano Austral: o avanço da China na Antártica

Ana Carolina Lahr e Gabriele Hernandez

A Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártica (CCAMLR, sigla em inglês), formada por vinte e cinco países e a União Europeia, no final do mês de outubro, examinou três novas propostas de áreas de proteção marinha (MPAs) para a gestão de estratégias de proteção legal dos recursos: no Mar de Weddell, na Antártica Oriental e na Península Antártica. A reunião, no entanto, foi encerrada sem unanimidade (requisito necessário para a designação das MPAs) devido aos vetos de China e Rússia. Juntas, as MPAs abrangeriam uma área de mais de 3,2 milhões de quilômetros quadrados, equivalentes a 20% do Oceano Austral.

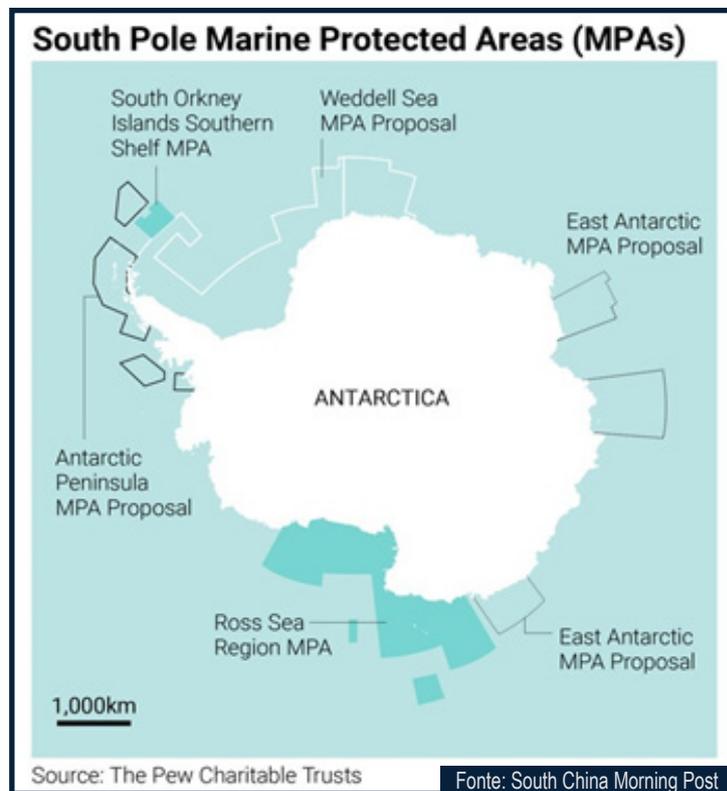
Durante quase uma década, a China promoveu práticas protelatórias, seja com vetos ou condições que

impossibilitavam a criação de santuários no Oceano Austral, a fim de não perder regiões importantes para a pesca de krill antártico, recurso muito utilizado na indústria de pesca e piscicultura chinesa. Desta vez, o veto chinês ocorreu após suas frustradas tentativas de construir uma área especialmente administrada (ASMA, sigla em inglês) próxima à sua estação Kunlun ([Boletim 106](#)), enquanto o país viu sua indústria de carne suína sofrer fortes impactos e a preocupação com questões de segurança alimentar se tornou ainda mais evidente conforme o avanço da pandemia e a crescente necessidade de adquirir mais alimentos.

Constituir uma área de proteção marinha representa maior grau de controle para os que estão por trás da decisão, especialmente os Estados que possuem reivindicações »

em regiões próximas a essas áreas. As MPAs abrangem múltiplos imperativos (interesses territoriais e de recursos, pesquisa científica e proteção ambiental) nas negociações entre extensão, limites e as atividades permitidas e impedidas, e garantem menos embarcações estrangeiras explorando os recursos marinhos em regiões de interesse para os mesmos. Não por acaso, as propostas de conservação partiram de países como Nova Zelândia e Argentina, além dos EUA.

Portanto, atribuem-se interesses convergentes de soberania, acesso de recursos, aspectos geopolíticos e de gestão marinha. Deste modo, é improcedente discernir Estados que pretendem estabelecer as MPAs como países orientados somente pela conservação, e países contra a expansão que sejam apoiadores do acesso aos recursos marinhos. Ainda que o estabelecimento de MPAs possua grande importância ecológica, este não se sobrepõe aos interesses vitais (economia, poder, etc.) de suas próprias agendas nacionais.



## TEMAS ESPECIAIS

### O caso do hack do STJ: um alerta para as capacidades cibernéticas do Brasil

Louise Marie Hurel

No dia 03 de novembro, os sistemas do STJ (Superior Tribunal de Justiça) foram retirados do ar após um ataque cibernético ter atingido seus sistemas e *backups*. O *ransomware* — identificado dois dias após do ataque — resultou na paralisação de atividades do tribunal durante uma semana. Esse foi possivelmente o ataque com maior repercussão em território nacional e serve como alerta vermelho para as capacidades cibernéticas dos órgãos da Administração Pública Federal e do Estado brasileiro em responder a ameaças digitais.

Em 2017, outro *ransomware*, o *WannaCry*, criptografou os arquivos de computadores em mais de 100 países no mundo, inviabilizando o acesso a sistemas, como o sistema público de saúde do Reino Unido. O ataque expôs a vulnerabilidade e a falta de preparo de repartições públicas de muitos países, contribuindo para o estabelecimento de uma discussão internacional sobre a necessidade dos Estados não só estarem preparados domesticamente, mas também de estabelecer canais de cooperação para responder a crescentes ameaças, como o *WannaCry*.

O amadurecimento da cultura e das capacidades cibernéticas no Brasil depende de um alinhamento legislativo entre as agendas de segurança da informação e proteção de dados. Um relatório recém-lançado pela

OCDE aponta recomendações para fortalecimento das capacidades e confiança para a segurança digital, sendo elas: implementação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética por meio do estabelecimento de laços com o setor público e privado; consolidação de um modelo descentralizado para a governança da segurança digital que possa trazer os Ministérios, Agências e GSI-PR (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) juntos; e fortalecimento de um diálogo multissetorial para a segurança digital no país.

Apesar da pouca informação publicamente disponível sobre as intenções e os atores envolvidos, o ataque ao STJ acontece no meio de uma pandemia, ou seja, um momento no qual parte dos funcionários do governo estão trabalhando remotamente e julgamentos estão sendo realizados via plataformas de videoconferência. Nesse contexto de alta digitalização, o protagonismo de um Estado no século XXI depende de seu preparo para enfrentar ameaças híbridas e ataques cibernéticos a infraestruturas críticas. Ataques como este do STJ podem resultar na inviabilização do pleno funcionamento das instituições democráticas nacionais, colocando em xeque não só os direitos dos cidadãos, mas a segurança da informação e proteção de dados dos processos.

- ▶ [Taiwan to start construction of first local-made submarine](#)  
NAVY RECOGNITION
- ▶ [New Suffren Barracuda-class nuclear-powered attack submarine officially commissioned by French Navy](#)  
NAVY RECOGNITION
- ▶ [One America, Two Nations](#)  
PROJECT-SYNDICATE, Richard Haass
- ▶ [China's unpopularity problem](#)  
POLITICO, Elisabeth Braw
- ▶ [Can the growth of aquaculture help restore the health of our ocean?](#)  
WORLD ECONOMIC FORUM, Robert Jones e Georg Baunach
- ▶ [Greenland and U.S. Agree On Improved Cooperation at Thule Air Base](#)  
HIGH NORTH NEWS, Malte Humpert
- ▶ [Trump, Biden, and Europe's place in the Africa great power competition](#)  
EUROPEAN COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, Theodore Murphy
- ▶ [Russia's Dilemma on the Korean Peninsula](#)  
CARNEGIE, Vassily Kashin

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

**NOVEMBRO**

**15** 1º turno das Eleições locais e regionais no Brasil

**17** 12ª Cúpula do BRICS

**17-22** 2ª Fase do Exercício Malabar

**21-22** 15ª Reunião da Cúpula do G20

**22** Eleições Parlamentares e referendo constitucional em Burkina Faso

**29** 2º turno das Eleições locais e regionais no Brasil

**DEZEMBRO**

**06** Eleições parlamentares na Venezuela

**06** Eleições Parlamentares na Romênia

**07** Eleições gerais em Gana

**10-11** Reunião do Conselho Europeu

**27** Eleições presidenciais na República Centro Africana

**27** Eleições gerais no Níger

**31** Fim do período de transição do BREXIT

## REFERÊNCIAS

- **Pesca ilegal na América do Sul: pontos de atenção e dilemas**  
[OPRAS de Argentina y la CNP de Ecuador firman acuerdo institucional de pesca responsable y sustentable](#). OPRAS, 02 out. 2020. Acesso em: 17 out. 2020.  
[Países sudamericanos anuncian medidas para prevenir pesca ilegal en el Pacífico](#). Infobae, 04 nov. 2020. Acesso em: 04 nov. 2020.
  - **A iniciativa de cooperação do CABSEC 20**  
[Caribbean Security Dialogue Online](#). Defence IQ. Acesso em: 04 nov. 2020.  
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Joint Statement: Second Caribbean-United States Security Cooperation Dialogue](#). Departamento de Estado, 10 nov. 2011. Acesso em: 04 nov. 2020.
  - **A deportação em massa como padrão para a América Central**  
HACKMAN, Michelle; CÓRDOBA, José de. [U.S. Agents Returned Migrants to Honduras in Unauthorized Operation, Senate Report Says](#). The Wall Street Journal, 13 out. 2020. Acesso em: 15 out. 2020.  
[Más de 1,500 migrantes hondureños retornado desde Guatemala](#). La Prensa, 11 out. 2020. Acesso em: 15 out. 2020.
  - **A perpetuação do poderio militar dos Estados Unidos na África Ocidental**  
ALTMAN, H. [SEAL Team 6 rescues American hostage in Nigeria](#). Military Times, 01 nov. 2020. Acesso em: 04 nov. 2020.  
BENABDERRAHMANE, T. [Au Niger, « la situation sociale et économique reste la préoccupation majeure d'une population exaspérée »](#). Le Monde Afrique, 03 nov. 2020. Acesso em: 05 nov. 2020.
  - **Costa do Marfim: rumo à guerra civil?**  
[Ivory Coast: Ex-rebel leader asks army to mutiny, join opposition](#). Al Jazeera, 05 nov. 2020. Acesso em: 05 nov. 2020.  
KRIPPAHL, C. [Ivory Coast under international pressure to safeguard peace](#). Deutsche Welle, 02 nov. 2020. Acesso em: 05 nov. 2020.
  - **Polônia investe em alternativas para o gás natural russo**  
[PGNiG and ERU move one step closer to launching hydrocarbon production in Ukraine](#). Polskie Górnictwo Naftowe i Gazownictwo (PGNiG), 12 out. 2020. Acesso em: 16 out. 2020.  
MUSIAŁEK, P. [Poland's effective energy policy means independence from Russian gas no longer a pipe dream](#). Notes from Poland, 08 maio 2020. Acesso em: 16 out. 2020.
  - **Portugal e a segurança marítima do Atlântico**  
CRAVINHO, J.; SILVA, A. [Pensar, Dialogar e capacitar: a missão do Centro Atlântico](#). Publico, 17 out. 2020. Acesso em: 17 out. 2020.  
REPÚBLICA PORTUGUESA. [Centro do Atlântico](#). Ministério da Defesa Nacional. Acesso em: 10 nov. 2020.
  - **O novo projeto iraniano de dessalinização e a questão hídrica no Oriente Médio**  
[Iran Plans To Transfer Persian Gulf Water To Inland Deserts](#). Eurasia Review, 06 nov. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.  
[RELEASE: New Report Finds Even the Toughest Water Security Problems Can Be Solved](#). World Resources Institute, 02 set. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.
  - **O A-325 e o diálogo Rússia-EUA sobre o controle de armas estratégicas**  
ELLYAT, H. [Why Russia — and Putin — might be worried about a Biden presidency](#). CNBC, 20 out. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.  
[Russia successfully test-fires new ABM interceptor missile](#). Tass, 28 out. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.
  - **China objetiva autossuficiência tecnológica em seu novo Plano Quinquenal**  
IBUCKLEY, C.; MYERS, S. [China's Leaders Vow Tech 'Self-Reliance,' Military Power and Economic Recovery](#). The New York Times, 29 out. 2020. Acesso em: 06 out. 2020.  
[China Pledges Quality Growth, Tech Powerhouse in 5-Year Plan](#). Bloomberg, 29 out. 2020. Acesso em: 06 out. 2020.
  - **Ilhas Senkaku e o distanciamento entre China e Japão**  
[Chinese Ships stay in Japan waters near Senkakus for record time](#). The Mainichi, 13 out. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.  
[Tokyo protest china website on sovereignty of Senkaku Islands](#). The Asahi Shimbun, 06 out. 2020. Acesso em: 14 out. 2020.
  - **Exercício naval conjunto “Malabar” fortalece o grupo QUAD**  
MAKICHUK, D. [Malabar 2020: A show of force on China's doorstep](#). Asia Times, 04 nov. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.  
NEGI, Manjeet S. [Malabar 2020 to be held in two phases as 'non-contact at sea only' joint naval exercise](#). India Today, 30 out. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.
  - **Comissionamento de submarino em Mianmar: disputas por influência no Indo-Pacífico**  
HERZINGER, B. [India Transfers Myanmar's First Submarine Amid Tensions with China](#). The Diplomat, 27 out. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.  
PASANDIDEH, S. [Modernization of the Myanmar Navy](#). NAOC, 17 ago. 2015. Acesso em: 06 nov. 2020.
  - **Disputas pela Gestão Marinha no Oceano Austral: o avanço da China na Antártica**  
HOARE, C. [China sets sights on Antarctica grab as coronavirus fuels 'no diplomacy' in Southern Ocean](#). Express UK, 27 out. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.  
ETCHEGARAY, Á. [The growing cloud of China in Antarctica](#). SupChina, 03 nov. 2020. Acesso em: 06 nov. 2020.
  - **O caso do hack do STJ: um alerta para as capacidades cibernéticas do Brasil**  
[What is WannaCry ransomware?](#). Kaspersky. Acesso em: 07 nov. 2020.  
ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. [OECD Review of Digital Transformation: Going Digital in Brazil](#). OECD Publishing, 26 out. 2020. Acesso em 07 nov. 2020.
- CAPA:**  
[USS JOHN S. MCCAIN, JS ŌNAMI E HMAS BALLARAT DURANTE O EXERCÍCIO MALABAR.](#)  
POR: MC2 MARKUS CASTANEDA

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em cinza representam conflitos que monitoramos, caso

tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e mortos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os países com maior número de infectados, e os países com maior número de infectados na África e na Oceania de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

### ► ALTO RISCO:

- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [Arab Coalition destroys Houthi drone in latest attempted attack on Saudi Arabia](#). Al Arabiya, 27 out. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.
- LÍBIA — Escalada da guerra civil: [Alleged victims of torture target US assets of Libya's Khalifa Haftar in lawsuit](#). Middle-east eye, 09 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.
- LÍBANO — Crise estrutural: [How The Port Explosion Rubbed Raw Beirut's Psychological Scars](#). Eurasia View, 08 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Maduro invita a empresarios chinos a invertir en Venezuela con Ley Antibloqueo](#). Efecto Cocuyo, 06 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ETIÓPIA — Crise política: [‘Hundreds dead’ as conflict in Ethiopia’s Tigray worsens](#). Al Jazeera, 09 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.
- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [EU slaps sanctions on Belarus leader Lukashenko for crackdown](#). BBC News, 07 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [ISIL-linked attackers behead 50 people in northern Mozambique](#). Al Jazeera, 10 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.
- FRONTEIRA ENTRE ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito armado na região de Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan, Armenia and Russia sign peace deal over Nagorno-Karabakh](#). CNN, 10 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

### ► MÉDIO RISCO:

- MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Aumento das tensões entre Grécia e Turquia: [EU extends sanctions framework on Turkey over East Mediterranean drilling](#). Al Arabiya, 06 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.

• MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Avanço chinês sobre as regiões: [Philippines to start South China Sea oil drilling without Beijing](#). South China Morning Post, 04 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.

• SÍRIA — Tensões na região de Idlib: [Morek post affects opposition factions in northeast Syria](#). Al-Monitor, 30 out. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.

• FRONTEIRA SINO-INDIANA — Impasse na ALC: [China-India border tensions may spark wider conflict, Indian defence chief warns](#). South China Morning Post, 06 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.

• COSTA DO MARFIM — Crise política: [Cote d’Ivoire: ‘Tone down the hateful rhetoric’, find peaceful solutions – UN rights chief](#). UN News, 09 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.

► EM MONITORAMENTO:

• UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças Rússia-Ucrânia: [Brief: Russia sees an Opportunity in Ukraine](#). Geopolitical Futures, 03 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

• BOLÍVIA — Crise política e social: [Policía descarta uso de dinamita en “atentado” a casa de campaña del MAS](#). El Deber, 06 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

• ESTADOS UNIDOS — Crise política: [Biden says nothing will stop transition as Trump vows new legal action](#). Reuters, 10 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

• PERU — Crise política: [Congreso declaró la vacancia del presidente Martín Vizcarra](#). El Comercio, 09 nov. 2020. Acesso em: 10 nov. 2020.

• TAILÂNDIA — Escalada de tensões em manifestações contra o governo: [Thai police use water cannon on protesters in Bangkok](#). Al Jazeera, 08 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.

• QUIRGUISTÃO — Crise política: [Presidential or Parliamentary? What Kind of Government Should Kyrgyzstan Have?](#) The Diplomat, 06 nov. 2020. Acesso em: 09 nov. 2020.